

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório de nossas atividades em 2003, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais

No exercício de 2003, a SAELPA continuou empenhada em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado da Paraíba, procurando não apenas suprir o mercado com energia elétrica de qualidade, mas também propiciar maior satisfação a seus clientes, empregando modernos recursos de gestão administrativa e tecnológicos. A implantação na SAELPA das rotinas e procedimentos operacionais já aplicados com sucesso nas demais empresas do Sistema Cataguazes Leopoldina, foi reconhecida e valorizada com a conquista, dentre as empresas com mais de 400 mil consumidores, do Prêmio ABRADÉE, na categoria ***Maior Evolução do Desempenho***, apenas dois anos após a sua privatização, cujos critérios de avaliação tomaram por base o posicionamento da empresa junto aos clientes, assim como sua gestão operacional e econômico-financeira.

2. Mercado de energia elétrica

As vendas de energia em 2003 ainda foram marcadas pelas limitações remanescentes do racionamento de 2001/2002. A SAELPA, no entanto, apresentou um índice de crescimento surpreendente, apesar dos novos hábitos de economia dos consumidores continuarem a influir sobre a receita das distribuidoras de energia elétrica. Ao final do exercício, a empresa contabilizava 831.609 consumidores, 5,0% acima do verificado no ano anterior.

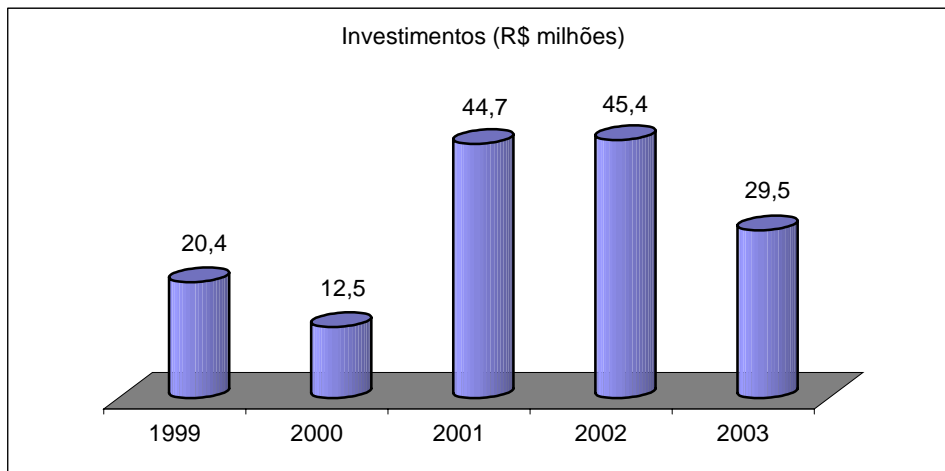
A evolução do consumo de energia elétrica na área de concessão da SAELPA em 2003 evidenciou que, embora a economia do país tenha crescido timidamente, o comércio e a indústria paraibanos, particularmente o setor têxtil, têm registrado expressivo desenvolvimento e apontam tendência de crescimento do consumo de energia futuro. A classe comercial mostrou um crescimento de 8,7% no consumo, enquanto no setor industrial houve crescimento de 7,3% em relação ao ano anterior, desempenhos bastante significativos se comparados à expansão das vendas de energia no setor comercial e industrial no Brasil, de respectivamente 5,0% e de 1,7%.

No cômputo geral, foram vendidos 2.269 GWh em 2003, o que representa um aumento de 10,1% em relação a 2002, ante o crescimento do consumo de energia elétrica no Brasil, de 3,7%. Parte desse crescimento de mercado deve ser atribuída às ações efetuadas pela empresa no âmbito do programa de combate e redução de perdas.

Merece destaque também o crescimento do consumo médio da classe residencial em 2003, que atingiu 84,6 KWh – 6,6% a mais que em 2002 –, igualando-se, inclusive, ao consumo registrado em 2000. Isto demonstra que o impacto das medidas de racionamento tende a diminuir, e, em geral, o consumo de energia apresenta tendência de crescimento.

3. Investimentos

Os investimentos realizados em 2003, no total de R\$29.486 mil, concentraram-se nas áreas de transmissão, comercialização e distribuição, que receberam cerca de 95% dos recursos aplicados. Tal fato demonstra de forma inequívoca o direcionamento da empresa no sentido de dotar seu sistema elétrico de condições técnicas e operacionais superiores, com menores custos operacionais, propiciando melhor qualidade de energia aos clientes. Os recursos complementares foram direcionados para as áreas de informática, obras civis e para ampliação da frota de veículos.



Dentre as principais realizações, cabe destacar a inauguração da Subestação Ibiara, a 51ª da empresa. Com tensão de operação de 69/13.8 kV e dotada de modernos recursos de automação, que possibilitam sua supervisão e operação à distância, a partir do Centro de Operação do Sistema (COS), em João Pessoa, essa subestação passou a beneficiar consumidores de seis municípios da região do Alto Sertão paraibano, além de contribuir para reduzir as perdas técnicas em 3.800 MWh/ano.

Embora construída em 2002, a Subestação Uiraúna também foi energizada no início de 2003. Igualmente automatizada, esta subestação beneficia a população de três municípios do Estado e gera uma redução de perdas de 1.000 MWh/ano.

É importante salientar que, com a energização dessas subestações, foram garantidas as condições necessárias ao suprimento da demanda crescente do mercado de energia da região.

Ainda na área de obras e melhorias na rede, merecem registro: a construção das linhas de transmissão Itaporanga/Ibiara (69 kV) e Japungu/Rio Tinto (69 kV); a automação de mais 10 subestações, perfazendo um total de 26 subestações inteiramente automatizadas; a ampliação de 18 subestações; a instalação de 1.099 transformadores e de 14.140 postes; e a construção de cerca de 1.190 Km de redes urbanas e rurais, com destaque para a construção dos alimentadores Malta/Condado, Mata Redonda/Alhandra e Santa Rita/Alpargatas.

4. Desempenho comercial

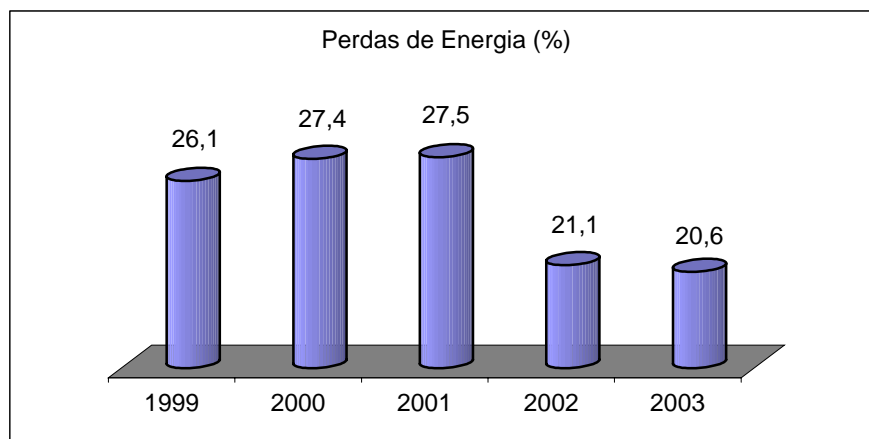
As diretrizes preconizadas pelo Modelo de Sistema de Gestão, implantado em 2002 e consolidado em 2003, dotaram a SAELPA de ferramentas indispensáveis à sustentabilidade de seu desempenho comercial. Para incrementar esse desempenho, a empresa redobrou esforços para reduzir seus índices de pendente e inadimplência.

Dentre as medidas adotadas para reduzir o número de contas a receber, cabe destacar a campanha *Sai Dessa*, voltada para o público devedor de todas as classes de consumo, que propiciou uma redução de aproximadamente R\$1,5 milhão do pendente.

Outra providência eficaz foi a contratação, em outubro de 2003, dos serviços de uma empresa de cobrança terceirizada, para atuar com consumidores já desligados, pertencentes ao Departamento de Serviços Comerciais Leste. A medida possibilitou à SAELPA contabilizar, ao final do exercício, um total negociado equivalente a R\$1.456 mil, dos quais R\$624 mil com recebimento à vista, devendo ser estendida às demais áreas da empresa..

No geral, as ações desenvolvidas em 2003 para reduzir o pendente e a inadimplência propiciaram uma **redução de 17% do pendente**, enquanto a **inadimplência foi reduzida em 7,7%** em relação ao ano anterior, passando de 8,22%, em 2002 para 7,59%, em 2003.

A questão das **perdas comerciais** também mereceu atenção especial, com a realização, na sede da empresa, em João Pessoa, do *I Seminário de Perdas*, ao longo do qual especialistas e representantes de outras empresas do setor discutiram metodologias eficazes e soluções tecnológicas inovadoras para combater perdas, que em 2003 situaram-se em 20,6%, menores em 2,1% em relação a 2002.



Nessa área, ações significativas foram desenvolvidas pela SAELPA em 2003, quando 40.984 unidades consumidoras dos grupos A e B foram inspecionadas (12% acima do previsto), o que redundou em 16.044 MWh recuperados (63% acima do resultado obtido no ano anterior) e 35.602 MWh agregados (30% acima do previsto para 2003). Também foram regularizadas 3.463 unidades consumidoras na zona rural (19% acima do previsto), assim agregando 8.180 MWh.

Outra medida que contribuiu para tornar mais eficiente o trabalho de fiscalização e facilitar a descoberta de irregularidades foi a implantação, em junho de 2003, do *Disque Luz Legal*. Mediante esse serviço, procurou-se conscientizar a população quanto aos prejuízos decorrentes de desvios de energia e fraudes e mobilizar sua participação no combate a perdas de energia. Após seis meses de operação do *Disque Luz Legal*, registrou-se um total de 6.353 denúncias, com um índice de procedência de 37%.

5. Atendimento a clientes

O Serviço de Teleatendimento da SAELPA foi reforçado com a criação de mais quatro postos de atendimento e a contratação de 12 teleatendentes, totalizando 19 postos e 49 atendentes e possibilitando o funcionamento do serviço em sua capacidade máxima, o que significa dizer que, em média, 3 mil clientes são atendidos diariamente. Para medir o resultado desse empreendimento, uma pesquisa interna realizada entre os clientes do *Call Center* revelou que 99,6% dos entrevistados conseguiram solução para o problema apresentado. Na mesma consulta, os entrevistados, solicitados a avaliar o serviço, atribuíram-lhe nota 9,81, em uma escala de 0 a 10.

Ainda mantendo o foco no cliente, a empresa procurou conquistar a atenção e fidelidade à marca SAELPA, com a criação do serviço *Hot Line*, que gerencia *on line* as reclamações dos consumidores encaminhadas ao serviço de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) da Paraíba. De posse dessa ferramenta, a Ouvidoria da SAELPA identifica, em tempo real, o exato momento do registro (nos vários postos de atendimento do Estado) e o objeto da reivindicação do cliente, o que lhe possibilita avaliar o problema e negociar a melhor solução para ambas as partes. Vale salientar que, em relação a 2002, o número de reclamações encaminhadas à Ouvidoria caiu 38%.

O segmento de clientes ligados ao setor público também mereceu especial atenção: a empresa procurou gerenciar melhor o relacionamento com as prefeituras, firmando com elas convênio para efficientização de seus sistemas de iluminação pública, renegociação de dívidas e arrecadação da contribuição de iluminação pública (CIP).

6. Recursos Humanos

Para melhorar o desempenho dos funcionários e seguindo as diretrizes da gestão de clima, a área de Recursos Humanos contou com importante instrumento de desenvolvimento: a Pesquisa de Opinião, aplicada pela Pricewaterhouse e Coopers, tendo em vista obter dados para manter a produtividade e o bom ambiente de trabalho, a partir de um conjunto de informações relevantes para a implantação de melhorias. Essa pesquisa contou com a expressiva participação de 99,2% dos colaboradores, o que evidenciou o engajamento das equipes da SAELPA na implantação e aceitação de novas ferramentas gerenciais.

Com o entendimento de que o serviço da SAELPA é consequência da efetiva parceria dos funcionários e equipes em prol da melhoria do fornecimento de energia, continuou-se a priorizar a qualidade dos serviços e o atendimento aos consumidores. Para tanto, a empresa internalizou os serviços de leitura e entrega de contas de energia – antes executado por empresas terceirizadas - o que, além de propiciar significativa redução dos índices de erro de leitura, do número de reclamações e do fluxo de consumidores às lojas de atendimento, tem ajudado as equipes de fiscalização na constatação de irregularidades em unidades consumidoras, assim reduzindo o número de fraudes, de medidores defeituosos e de ligações clandestinas.

Na área de segurança, foi implementado o *Projeto de Segurança Máxima*, com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a importância da prevenção de acidentes e do comprometimento de todos na obtenção de melhorias no setor. Ao final do exercício a empresa pôde apresentar resultados expressivos, com substancial redução do Coeficiente de Segurança do Trabalho: a meta de 40,98, prevista para 2003, foi superada em 20%, fechando o exercício em 32,79 (quanto menor o índice, melhor o resultado) .

Quanto à política de treinamento e desenvolvimento, a SAELPA fechou o ano com um acumulado de 72.333 homens-hora treinados, o que representa cerca de 2,62% de sua força de trabalho e 50,62 horas de treinamento para cada empregado.

Na linha de melhorias de processos, consolidou-se o Modelo de Sistema de Gestão (MSG) implantado no ano anterior, a partir de cuja aplicação novas ferramentas gerenciais foram incorporadas, contribuindo decisivamente para otimizar a aplicação de recursos, a qualificação do quadro funcional e, conseqüentemente, o desempenho operacional da empresa.

Com tais objetivos em vista, a empresa também continuou a investir no aprimoramento de seus recursos humanos, garantindo a participação de 37 de seus funcionários no Programa de Desenvolvimento Gerencial (MBA), realizado nas empresas do Sistema Cataguazes Leopoldina e ministrado por renomados professores da Fundação Getúlio Vargas.

7. Resultados econômico-financeiros

A receita operacional bruta da Saelpa atingiu R\$459.656 mil em 2003, significando um acréscimo de 16,2% em relação a de 2002. Com os esforços visando racionalizar seus custos operacionais controláveis (pessoal, material e

serviços de terceiros), foi possível obter, em 2003, redução de 12,3% nesse custos, que totalizaram R\$60.085 mil. Conseqüentemete, a geração operacional de caixa da Saelpa, medida pelo EBITDA, totalizou R\$85.689 mil, o que representa uma margem de EBITDA de 24,5%. Em face desse desempenho, a Saelpa registrou em 2003 um lucro líquido de R\$35.984 mil (R\$0,05 por ação do seu capital social), contra R\$27.389 mil em 2002, ocasionando um aumento no seu patrimônio líquido de R\$125.863 mil, em dezembro de 2002, para R\$161.847 mil, em dezembro de 2003. Esse patrimônio representa R\$0,22 por ação do capital social da Saelpa.

Demonstração do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(em milhares de reais)

	2003	2002
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	472.923	343.221
(+) Outros recebimentos	1.148	18.786
(-) Fornecedores	191.242	188.524
(-) Salários e encargos sociais	37.492	34.905
(-) Impostos e contribuições	163.011	98.632
(-) Outras despesas	19.581	8.933
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	62.745	31.013
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	27.605	34.121
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(27.605)	(34.121)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	128.716	142.142
(+) Outros	800	-
(-) Serviço da dívida:	156.583	135.248
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(27.067)	6.894
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	8.073	3.786
Saldo de caixa no início do exercício	6.796	3.010
Saldo de caixa no final do exercício	14.869	6.796

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2003 e 2002**
(em milhares de reais)

	2003	2002
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	459.656	395.446
Receitas não operacionais	1.116	3.402
Menos Insumos :		
Custo da energia comprada	165.527	109.754
Transporte de potência elétrica	28.831	28.757
Serviços de terceiros	22.803	27.660
Materiais	5.406	6.045
Outros custos operacionais	3.691	5.472
	<u>226.258</u>	<u>177.688</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>234.514</u>	<u>221.160</u>
Quotas de reintegrações	17.284	15.329
Provisão (reversão) para contingências	(495)	(131)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(9.465)	730
	<u>7.324</u>	<u>15.928</u>
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>227.190</u>	<u>205.232</u>
Receitas financeiras	60.320	24.372
IR e contribuição social diferida	-	-
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>287.510</u>	<u>229.604</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	34.501	34.778
Governos: (impostos, taxas e contribuições)	131.370	91.969
Transferências intra-setoriais	16.382	12.696
Juros	66.570	61.161
Aluguéis	2.144	1.611
Distribuição do lucro líquido do exercício		
Participação de empregados e administradores	559	-
Lucros retidos	35.984	27.389
	<u>287.510</u>	<u>229.604</u>

8. Responsabilidade social

Dando prosseguimento a política de responsabilidade social já implementada desde a privatização, a SAELPA concretizou o cronograma de ações de arte-educação do Projeto Café com Pão, Arte ConFusão, com o atendimento de cerca de 100 crianças e adolescentes na Oficina de Música, desenvolvida pela empresa em comunidades carentes de João Pessoa.

A empresa deu também passo importante para a disseminação e o desenvolvimento da cultura no Estado da Paraíba, com a inauguração, em 29 de maio de 2003, da primeira etapa da Usina Cultural SAELPA, da qual já fazem parte a Galeria de Arte SAELPA, o Parahyba Café e os espaços para atividades variadas de arte-educação (música, artes cênicas, dança, etc). Entre final de maio e dezembro de 2003, a galeria de arte abrigou quatro

mostras de artes plásticas, e, no Parahyba Café, cerca de 30 livros foram lançados no mesmo período.

A 2ª etapa da Usina Cultural será inaugurada no primeiro semestre de 2004, tão logo sejam concluídas as obras, já bastante adiantadas, do Museu da Eletricidade / Superestação de Energia. Com a inauguração desse complexo didático-interativo, alunos do ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino, bem como o público em geral, terão a oportunidade de se familiarizar, de forma lúdica, com a história da eletricidade e princípios da Física.

A SAELPA também patrocinou eventos e ações promovidos por instituições e entidades paraibanas, como o IX Fenart-PB, realizado em novembro de 2003, a Caminhada pela Paz e a Micaroa 2003. Cabe destacar a importante parceria que a empresa estabeleceu com o Hospital Napoleão Laureano, integrando-se à campanha *Eu luto contra o câncer*, destinada a arrecadar fundos para manter o atendimento gratuito aos portadores da doença e viabilizar a aquisição de equipamentos. A participação da empresa nessa campanha, por prazo indeterminado, além de fundamental para a sobrevivência da instituição, possibilitou à entidade equacionar seu débito de energia e manter-se adimplente.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico - social da Saelpa:

Balanco Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2003	2002
1.1 - Receita Operacional Líquida	349.287	313.381
1.2 - Lucro Operacional	55.513	34.536
1.3 - Folha de Pagamento	24.044	28.431
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	3.855	2.704
2.2 - Encargos Sociais	7.232	7.426
2.3 - Previdência Privada	2.150	3.461
2.4 - Saúde	480	637
2.5 - Educação	397	299
2.6 - Outros Benefícios	1.388	664
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	15.502	15.191
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	131.370	91.969
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	455	479
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	-	1
3.4 - Programa Luz no Campo	-	614
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.439	1.756
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	133.264	94.819
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	1.536	1.173
4.2 - Nº de admissões durante o período	458	250

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2003</u>	<u>2002</u>
CIRCULANTE		
Numerário disponível	14.869	6.796
Consumidores e concessionárias	116.774	157.645
Títulos de créditos a receber	29.976	21.581
Créditos renegociados	7.810	32.692
Recomposição tarifária extraordinária	21.125	18.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.856)	(74.672)
Estoques	1.041	1.543
Impostos a recuperar	10.041	10.183
Despesas pagas antecipadamente	11.300	4.130
Outros créditos	6.725	15.888
	<u>182.805</u>	<u>193.953</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Recomposição tarifária extraordinária	51.657	53.593
Títulos de créditos a receber	29.940	10.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.074)	-
Créditos renegociados	63.248	20.638
Créditos com partes relacionadas	47.740	11.058
Impostos a recuperar	3.645	4.159
Créditos tributários	90.817	107.179
Depósitos judiciais	21.656	13.958
Outros	12.750	11.569
	<u>318.379</u>	<u>232.359</u>
PERMANENTE		
Investimentos	105	246
Imobilizado	226.855	217.370
Diferido	2.596	1.718
	<u>229.556</u>	<u>219.334</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>730.740</u>	<u>645.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Em milhares de reais)

PASSIVO	2003	2002
CIRCULANTE		
Fornecedores	71.538	46.166
Encargos de dívidas	870	88
Empréstimos e financiamentos	81.162	101.382
Folha de pagamento	1.465	1.169
Tributos e contribuições sociais	35.987	89.819
Obrigações estimadas	3.320	3.006
Encargos do consumidor a recolher	462	1.370
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.122	3.476
Provisões do deficit atuarial da Funasa	4.591	3.865
Outras contas a pagar	16.031	26.206
	<u>218.548</u>	<u>276.547</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	22.814	21.348
Empréstimos e financiamentos	57.067	43.615
Tributos e contribuições sociais	128.990	59.672
Débitos com partes relacionadas	40.800	12.440
Provisões para contingências	74.113	74.608
Provisões do deficit atuarial da Funasa	19.764	24.703
Outros	6.797	6.850
	<u>350.345</u>	<u>243.236</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reserva de capital	2.995	2.995
Prejuízos acumulados	(22.549)	(58.533)
	<u>161.847</u>	<u>125.863</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>730.740</u></u>	<u><u>645.646</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	451.161	342.558
Suprimento de energia elétrica	4.949	48.469
Outras receitas	3.546	4.419
	<u>459.656</u>	<u>395.446</u>
Deduções à receita operacional		
Quota para reserva global de reversão - RGR	4.325	3.655
ICMS faturado	82.303	63.660
Pis e cofins	23.741	14.750
	<u>110.369</u>	<u>82.065</u>
Receita operacional líquida	<u>349.287</u>	<u>313.381</u>
Despesa (receita) operacional		
Pessoal	31.876	34.778
Material	5.406	6.045
Serviços de terceiros	22.803	27.660
Energia elétrica comprada para revenda	165.527	109.754
Transporte de potência elétrica	28.831	28.757
Depreciação e amortização	17.284	15.329
Quota para conta de consumo de combustível	12.057	9.041
Reversão de provisão para contingências	(495)	(131)
Provisão (reversão) devedores duvidosos	(9.465)	730
Outras despesas	7.058	6.173
	<u>280.882</u>	<u>238.136</u>
Resultado do serviço	<u>68.405</u>	<u>75.245</u>
Receita (despesa) financeira		
Renda de aplicações financeiras	105	298
Acréscimo moratório sobre contas de energia	16.449	10.501
Outras receitas financeiras	40.258	12.669
Encargos de dívidas	(46.112)	(43.740)
(-) Transferências para o imobilizado em curso	3.935	149
Outras despesas financeiras	(27.527)	(20.586)
	<u>(12.892)</u>	<u>(40.709)</u>
Resultado operacional	<u>55.513</u>	<u>34.536</u>
Receita não operacional	1.116	3.402
Despesa não operacional	(1.402)	(910)
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda e participações	<u>55.227</u>	<u>37.028</u>
Imposto de renda e contribuição social	(18.684)	(9.639)
Lucro antes das participações dos administradores	<u>36.543</u>	<u>27.389</u>
Participações dos administradores	(559)	-
Lucro líquido do exercício	<u><u>35.984</u></u>	<u><u>27.389</u></u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>49,21</u></u>	<u><u>37,46</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Origens de recursos		
Nas Operações		
Lucro líquido do exercício	35.984	27.389
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	17.284	15.329
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(171)	5.824
Reversão de provisão para contingências	(495)	(3.512)
Provisão de devedores duvidosos de longo prazo	3.074	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.002
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo, líquida	-	(1.381)
Conta de variação de valores Parcela A - CVA	-	1.447
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	451	977
	<u>56.127</u>	<u>47.075</u>
De Terceiros		
Financiamentos captados	60.868	55.731
Parcelamento de Impostos	67.220	64.995
Contribuição do consumidor	1.529	13.412
Redução do realizável a longo prazo	-	2.420
Aumento do exigível a longo prazo	41.978	-
	<u>171.595</u>	<u>136.558</u>
Total das origens	<u>227.722</u>	<u>183.633</u>
Aplicações de recursos		
Outras aplicações		
Nos investimentos	-	56
No imobilizado	28.194	45.109
No diferido	1.292	257
No realizável a longo prazo	85.979	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	65.406	156.620
	<u>180.871</u>	<u>202.042</u>
Total das aplicações	<u>180.871</u>	<u>202.042</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>46.851</u>	<u>(18.409)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	193.953	182.690
No fim do exercício	182.805	193.953
	<u>(11.148)</u>	<u>11.263</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	276.547	246.875
No fim do exercício	218.548	276.547
	<u>(57.999)</u>	<u>29.672</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>46.851</u>	<u>(18.409)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002**
(Em milhares de reais)

	Capital social	<u>Reserva de Capital</u> Remuneração das imobilizações em curso	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2002	181.401	2.995	(85.922)	98.474
Lucro líquido do exercício	-	-	27.389	27.389
Saldos em 31 de dezembro de 2002	181.401	2.995	(58.533)	125.863
Lucro líquido do exercício	-	-	35.984	35.984
Saldos em 31 de dezembro de 2003	181.401	2.995	(22.549)	161.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, atendendo a aproximadamente 832 mil consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A SAELPA é controlada (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total), pela PBpart - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE.

A SAELPA apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2003 de R\$35.743 (R\$82.594 em 2002). A melhora do capital circulante líquido é reflexo da Companhia ter concluído em outubro de 2003 a reestruturação dos seus endividamentos.

A Administração entende que a reestruturação de dívidas deverá restabelecer a liquidez de curto prazo necessária às operações da SAELPA, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamento nos próximos exercícios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- d) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimada dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- f) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A Saelpa optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 2000;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;

- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- k) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- l) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- n) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Saelpa, se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e para o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos		Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 180 a 360 dias	Vencidos Há mais de 360 dias	Total	
	Vincendos	Vencidos até 30 dias					2003	2002
Residencial	7.908	6.203	2.521	1.124	14	60	17.830	26.447
Industrial	9.201	1.555	880	314	457	8.774	21.181	18.952
Comércio, serviços e outras atividades	4.699	3.190	1.566	662	283	1.044	11.444	14.645
Rural	1.441	711	633	318	586	82	3.771	3.191
Poder público:								
Federal	857	751	676	594	520	1.131	4.529	5.652
Estadual	1.374	1.203	1.083	952	832	1.812	7.256	9.054
Municipal	981	859	773	679	594	1.293	5.179	6.462
Iluminação pública	2.304	1.693	2.418	2.209	2.557	11.763	22.944	38.210
Serviço público	2.602	52	60	50	325	248	3.337	2.722
Outros créditos	3.047	-	-	-	-	-	3.047	3.737
Subtotal – consumidores	34.414	16.217	10.610	6.902	6.168	26.207	100.518	129.072
Concessionárias (*)							183	15.448
Fornecimento não faturado							16.073	13.125
Total	34.414	16.217	10.610	6.902	6.168	26.207	116.774	157.645

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE .

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2003, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no

montante de R\$100, relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2003, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2003. Esse saldo foi apurado com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE juntamente com estimativas internas elaboradas pela Administração. A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$98 (R\$221 em 2002), referente à aquisição de energia no MAE e aos encargos de serviços do sistema, esta demonstrada a seguir:

Composição dos créditos do MAE	2003	2002
Saldos a vencer	36	-
Créditos renegociados	15	-
Parcela em negociação	49	15.266
	100	15.266
(-) Aquisições de energia no MAE	(98)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(221)
	2	15.045

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

5 Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL de 24 de janeiro de 2002 foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e Resolução nº 01 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
Saldos em 31/12/2002	43.123	27.602	1.035	71.760
Adição Resolução ANEEL nº 01/2004	-	3.731	-	3.731
Amortização	(10.877)	(6.677)	-	(17.554)
Atualização monetária	10.028	4.566	251	14.845
Saldos em 31/12/2003	42.274	29.222	1.286	72.782
Parcela de curto prazo	13.594	7.531	-	21.125
Parcela de longo prazo	28.680	21.691	1.286	51.657

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelo prazo máximo de 71 meses a partir de janeiro de 2001.

A Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos de vigência da RTE, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores se dará pelo mecanismo equivalente à aqueles adotados para Recomposição Tarifária e Energia Livre. A administração da Companhia baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2003 é de R\$46.971.

6 Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a SAELPA procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado até 31 de dezembro de 2003, o montante de R\$44.275 (R\$15.230 em 2002), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$39.498, classificado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a concessionária constituiu uma provisão no passivo circulante na conta “Outras contas a pagar” no montante de R\$35.773 (R\$17.436 em 2002), dos quais R\$25.749 foram restituídos aos consumidores até 31 de dezembro de 2003.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2003, estes créditos montam em R\$59.916 (R\$31.786 em 2002), sendo R\$29.940 (R\$10.205 em 2002) classificados no Realizável a Longo Prazo. Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, R\$11.521 encontram-se vencidos há mais de 360 dias, para os quais a Saelpa constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

8 Créditos renegociados

Credora	Devedora	Crédito em 2003	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2002
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.852	115	IGP-DI	12.415
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	<u>51.206</u>	115	IGP-DI	<u>40.915</u>
Total		<u>71.058</u>			<u>53.330</u>
Parcela de curto prazo		7.810			32.692
Parcela de longo prazo		63.248			20.638

Estes créditos, referem-se ao consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

9 Impostos a recuperar

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	8.548	9.780
.Imposto de Renda Retido na Fonte	226	572
.Imposto de Renda – IRPJ	2.987	1.983
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	1.268	1.066
.Programa de Integração Social – PIS	491	597
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	23	258
.Contribuições Previdenciárias	143	86
	<u>13.686</u>	<u>14.342</u>
Parcela de curto prazo	10.041	10.183
Parcela de longo prazo	3.645	4.159

10 Transações com partes relacionadas

	Pbpart SE 2	Energipe S/A	Cia. Energética da Borborema	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Cia. De Eletricidade de Nova Friburgo	Pbpart Ltda	Total 2003	Total 2002
.Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	(11.360)	(13.533)	(6.086)	27.740	(9.821)	20.000	6.940	(1.382)
. Prestação de serviços	-	-	-	(706)	-	-	(706)	(707)
.Aluguel de equipamentos	-	-	-	(23)	-	-	(23)	(7)
.Energia elétrica fornecida	-	478	471	1.855	-	-	2.804	1.083
.Receitas (despesas) financeiras	(2.195)	1.187	(3.122)	7.712	(649)	(2.449)	484	(6.803)

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis com o mercado. As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da ANEEL.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e foram submetidos ao conhecimento e a aprovação da ANEEL.

Os valores relativos a energia fornecida estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

11 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do exercício de 2003 e 2002, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.227	37.028
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais.	(18.777)	(12.589)
Ajustes:		
Itens permanentes	(51)	(196)
Reconhecimento da mudança de alíquota da contribuição social	-	2.725
Outros	144	421
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(18.684)</u>	<u>(9.639)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Prejuízos fiscais	49.470	49.780
Base negativa de contribuição social	15.107	15.204
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	20.352	32.084
Contribuição social	5.888	10.111
Total	<u>90.817</u>	<u>107.179</u>

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM nº 371/2002, estima-se que as realizações dos créditos fiscais da Saelpa ocorrerão como segue:

<u>Período</u>	<u>Realização dos créditos fiscais</u>
2004	10.380
2005	15.060
2006	19.480
2007	23.880
2008	22.017
<u>Total</u>	<u>90.817</u>

12 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	2003	2002
Em serviço:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações	2,5 a 7,7	339.760	318.997
Comercialização	4	8.938	9.668
Administração	4, 10 e 20	16.937	15.620
		<u>365.635</u>	<u>344.285</u>
Depreciação acumulada:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		(128.773)	(119.596)
Comercialização		(2.271)	(2.108)
Administração		(6.357)	(4.571)
		<u>(137.401)</u>	<u>(126.275)</u>
Em curso:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		23.809	23.288
Comercialização		24	128
Administração		603	230
		<u>24.436</u>	<u>23.646</u>
Contribuições dos consumidores		(25.815)	(24.286)
Total		<u>226.855</u>	<u>217.370</u>

Os bens e instalações, utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás)	6.994	15.673
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	4.705	5.763
.Em moeda nacional, com juros de 1,7 a 16,77% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Mercantil, Sofisa, Schahin, Bradesco, Rural, Bic Banco, Unibanco, Industrial, ABC Brasil, HSBC, Itaú, BBM, Brascan, BVA, Santos, Banif, Primus, BMC, Pine e Guanabara)	88.234	84.054
.Em moeda nacional, com juros de até 4,5 a 5,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, BNL, Finame-HSBC e Bic Banco)	634	964
.Em moeda nacional, com juros de até 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do INPC (Funasa)	1.450	-
.Em moeda nacional, com juros de até 2% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (HSBC Compror)	1.359	-
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	34.853	38.543
Total	<u>138.229</u>	<u>144.997</u>
.Parcela de curto prazo	81.162	101.382
.Parcela de longo prazo	57.067	43.615

Os financiamentos obtidos junto ao Finame, estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Saelpa, em igual montante ao saldo dos respectivos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2003, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2003</u>
2005	27.590
2006	16.294
2007	9.088
2008	2.991
2009	305
Após 2009	799
	<u>57.067</u>

14 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a SAELPA aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A SAELPA, também parcelou seus débitos fiscais de ICMS junto ao Governo Estadual. Em 31 de dezembro de 2003, esses débitos totalizam R\$130.249 e estão registrados na rubrica "Tributos e contribuições sociais" no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

Ano	
2004	15.282
2005	15.282
2006	15.282
Após 2006	84.403
Total	130.249
Parcela de curto prazo	15.282
Parcela de longo prazo	114.967

Pelas projeções da Saelpa, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 115 meses.

15 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- . Classe A – Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe;
- . Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no estatuto social.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, e a constituição de uma reserva de 5% do lucro líquido, limitada a 80% do capital social para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela assembléia geral, lhe for dada.

16 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	709.599	686.239	720.611	653.779	181.298	138.739
Industrial	4.518	4.811	683.733	636.998	98.704	71.235
Comercial	58.694	56.191	339.289	312.058	81.210	62.180
Rural	46.150	33.041	103.826	76.835	12.242	7.602
Poder público:						
Federal	447	426	27.642	23.454	12.412	8.779
Estadual	2.344	2.236	37.669	31.964	9.850	7.046
Municipal	8.672	8.273	47.449	40.265	6.534	4.809
Iluminação pública	318	263	151.538	147.615	21.655	17.616
Serviço público	767	729	154.479	135.638	24.309	18.005
Consumo próprio	100	116	3.196	2.352	-	-
Subtotal	831.609	792.325	2.269.432	2.060.958	448.214	336.011
ICMS faturado	-	-	-	-	(82.303)	(63.660)
Ajuste a recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	1.381
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	2.136	26.274	2.947	5.166
Suprimento de energia elétrica	3	3	99.839	803.546	4.949	48.469
Outros serviços taxados	-	-	-	-	3.546	4.419
Total	831.612	792.328	2.371.407	2.890.778	377.353	331.786

17 Remuneração dos Administradores.

A rubrica "Despesas de pessoal" inclui o montante de R\$1.285 (R\$1.460 em 2002), referente a remuneração dos administradores.

18 Provisões para Contingências

A Administração da Saelpa, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingências	2003			2002		
	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	3.901	32.104	18.910	(3.381)	28.203	11.212
Cíveis						
Consumidores	1.144	27.038	2.746	(131)	25.894	2.746
Fiscais						
INSS	-	8.332	-	-	8.332	-
ICMS	-	2.679	-	-	2.679	-
COFINS	(5.669)	-	-	-	5.669	-
Outros	129	3.960	-	-	3.831	-
Subtotal	(5.540)	14.971	-	-	20.511	-
TOTAL	(495)	74.113	21.656	(3.512)	74.608	13.958

19 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

20 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Saelpa não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

21 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Saelpa é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se a característica do plano de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2003	2002		2003	2002
Saelpa	Funasa	3.672	3.865	22,47	(*) (24.355)	(*) (28.568)

(*) R\$4.591 (R\$3.865 em 2002) foram contabilizados no Passivo Circulante e R\$19.764 (R\$24.703 em 2002) no Exigível a longo prazo.

A composição dos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro era como segue:

	Funasa	
	2003	2002
Valor presente das obrigações atuariais	(102.036)	(86.279)
Valor justo dos ativos do plano	50.671	50.845
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(51.365)	(35.434)
Perdas não reconhecidas	27.010	6.866
Déficit líquido	(24.355)	(28.568)

A movimentação dos ativos financeiros e passivos atuariais do plano era como segue:

	2003	2002
ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO		
Saldo inicial	50.845	48.899
Contribuições da patrocinadora e participantes	5.515	4.107
Pagamentos de benefícios	(7.574)	(6.680)
Rentabilidade dos ativos		
. Rendimento esperado dos ativos do plano	1.885	2.858
. Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	-	1.661
Saldo final	<u>50.671</u>	<u>50.845</u>
PASSIVOS ATUARIAIS		
Saldo inicial	86.279	80.166
Benefícios pagos no ano	(7.574)	-
Juros sobre obrigação atuarial	4.995	-
Custo do serviço corrente bruto	959	4.107
Ganhos nas obrigações atuariais	17.377	2.006
Saldo final	<u>102.036</u>	<u>86.279</u>

Despesa prevista:

	<u>2004</u>
Rendimento esperado dos ativos	5.620
Juros sobre as obrigações atuariais	11.241
Despesa a ser reconhecida	7.618

As principais premissas atuariais utilizados para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Taxa real anual de juros	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	0,5%	0%
Projeção de crescimento real de benefícios	0%	0%
Tábua de mortalidade geral de válidos	GAM-71	GAM-71
Tábua de mortalidade geral de inválidos	IAPC	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57

22 Concessão do serviço público de energia elétrica

Através de Decreto Presidencial, de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à SAELPA a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

23 Programa Emergencial - Racionamento

Os gastos com a Implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, estão demonstrados a seguir:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Natureza do gasto:		
. Pessoal	1.239	1.239
. Material	148	148
. Serviços de terceiros	375	375
. Outros	85	85
Total dos gastos homologados pela Aneel	<u>1.847</u>	<u>1.847</u>
(-) Valores apropriados ao resultado de 2003 (*)	<u>(636)</u>	<u>-</u>
(=) Saldo a apropriar	<u>1.211</u>	<u>1.847</u>

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

24 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.183/2003 – SFF/ANEEL, de 23/12/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

A Saelpa somente exerce as atividades de distribuição e comercialização de energia elétrica. Dessa forma a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

25 Novo modelo do setor elétrico

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas pelas Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, destacando-se:

- a transferência de diversas atribuições da ANEEL para o MME;
- a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que, em resumo, centralizarão o planejamento, o monitoramento da expansão da geração e da transmissão e a administração do mercado;
- a definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destaca-se: a expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração); a coexistência de dois ambientes de contratação: livre (ACL) e regulado (ACR); a orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia para consumidores cativos (com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica); a restrição às distribuidoras firmarem com partes relacionadas novos contratos de compra e venda de energia elétrica; novas regras para consumidores livres.

Até a presente data, definições relevantes ainda dependem de regulamentação através de decretos, portarias e/ou resoluções. A Administração ainda está avaliando os possíveis impactos das referidas Medidas Provisórias sobre as operações da Companhia.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
João Pessoa – PB

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 35.743 mil (R\$ 82.594 mil, em 2002), e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos”, no montante de R\$ 139.099 mil (R\$ 145.085 mil, em 2002), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 1 às demonstrações financeiras, a Administração concluiu neste exercício o processo de reestruturação do endividamento objetivando o alongamento de curto para longo prazo. Na avaliação da Administração, este processo de reestruturação, associado a existência de projeções internas de resultados positivos, serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.
5. Em 31 de dezembro de 2002, o parecer de auditoria por nós emitido em 24 de março de 2003 incluía parágrafo de ênfase mencionando que a Sociedade tinha registrado, contas a receber no montante total de R\$15.266 mil e contas a pagar no montante de R\$221 mil, ambos relativos às transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Esses valores poderiam estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, os referidos valores a receber e a pagar ao MAE foram substancialmente liquidados.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/S-PB

Iara Pasion
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517-3/S-PB